PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 048/2023 – CPL/PMAA
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 022/2023
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 058/2023

Fls: 115
Ass:

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O PMAA-PI MUNICIPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA/PI E A EMPRESA RIO CANINDÉ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EM ENGENHARIA LTDA (CNPJ N° 46.883.814/0001-12), QUE TEM POR OBJETO O FIM ADIANTE ESPECIFICADO, NOS TERMOS DAS CLÁUSULAS A SEGUIR AJUSTADAS.

CONTRATANTE: Município de Antônio Almeida, CNPJ n° 06.554.018/0001-11, com sede na Praça Agostinho Varão, s/n, CEP n° 64.855-000, Centro, no Município de Antônio Almeida, no Estado do Piauí, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Marcelo Toledo Laurini, CPF n° 085.669.728-13.

CONTRATADA: Rio Canindé Construções e Serviços em Engenharia LTDA, CNPJ N° 46.883.814/0001-12, com sede na Fazenda Serrinha, S/N, Zona Rural, CEP n° 64.560-000, no Município de Santo Inácio, no Estado do Piauí, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr. Carlos Gabriel Rodrigues Nogueira, CPF n° 052.451.883-17.

Os Contratantes acima qualificados, tendo entre si justo e avençado, celebram o presente ajuste oriundo da Dispensa de Licitação n° 022/2023, instruído através do Processo Administrativo n° 048/2023 – CPL/PMAA, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n° 8.666/93 e demais legislações pertinentes, nos termos das cláusulas adiante esposadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste ajuste a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DA UNIDADE ESCOLAR SANTA ANA, NA LOCALIDADE BREJÃO, ZONA RURAL, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA/PI.

1.2. Os serviços objetos deste Contrato Administrativo serão prestados continuamente e em conformidade com as especificações constantes no projeto básico, na proposta da contratada e no presente contrato administrativo.

1.3. Independentemente de transcrição, são partes integrantes deste Contrato Administrativo o projeto básico e a proposta da contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATADO

2.1. O valor global contratado no presente ajuste para fornecimento do objeto licitado é de R$ 17.856,60 (dezessete mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos).

CARLOS GABRIEL RODRIGUES NOGUEIRA
Assinado de forma digital por CARLOS GABRIEL RODRIGUES NOGUEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

3.1. O prazo de execução deste contrato administrativo é de 2 (dois) meses contados a partir do recebimento da ordem de serviço.

3.2. O prazo de vigência deste contrato administrativo é até 31 de dezembro de 2024.

3.3. O Contrato firmado poderá ser prorrogado, caso se enquadre na prerrogativa prevista no art. 57, § 1º, da Lei n° 8.666/93, desde que haja interesse das partes envolvidas e sejam preservadas todas as vantagens para a municipalidade, cumpridas as formalidades legais.

3.4. Compete as partes, de comum acordo, nos termos previstos neste instrumento, na Lei n° 8.666/93 e outras disposições legais, realizar por escrito, através de Termo Aditivo, alterações contratuais que julgarem convenientes.

3.5. A Contratada se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme dispõe o art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

4.1. Os recursos financeiros para a despesa decorrente desta contratação correm por conta do Município de Antônio Almeida/PI, devidamente assegurados com a seguinte dotação orçamentária:

Fonte dos Recursos:
COMPLEMENTO EDUCAÇÃO, FPM, ICMS, IPVA, ISS, IPTU, CIDE e demais Recursos Próprios

DESPESA	
Unidade Orçamentária	02.05.00
Projeto Atividade	12.361.0130.1008.0000
Natureza da Despesa	4.4.90.51.00

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as especificações constantes no projeto básico, na proposta da contratada, e no contrato administrativo, sob pena de rescisão contratual.

5.2. Permitir o acesso dos empregados da contratada às dependências da contratante para execução do objeto, bem como proporcionar todas as facilidades necessárias.

5.3. Promover por meio de servidores especialmente designados, o acompanhamento e a fiscalização do contrato sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

5.4. Receber os serviços, verificando as condições de entrega, conferindo a compatibilidade das especificações constantes da nota fiscal com a nota de empenho e atestando seu recebimento.

CARLOS GABRIEL RODRIGUES NOGUEIRA
Assinado de forma digital por CARLOS GABRIEL RODRIGUES NOGUEIRA

Fls: 12

Ass:

5.5. Devolver, quando for o caso, com a devida justificativa, qualquer serviço fornecido fora das especificações contratadas.

5.6. Efetuar o pagamento mensalmente, no mês subsequente a prestação, até 30 (trinta) dias após recebimento e atesto da nota fiscal/fatura pelo fiscal, comprovando o efetivo fornecimento dos serviços.

PMAA.PI

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Executar o objeto da presente contratação, de acordo com as especificações constantes no projeto básico, na proposta da contratada, e no contrato administrativo, sob pena de rescisão contratual.

6.2. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da prestação do objeto desta contratação, inclusive materiais, mão de obra, locomoção, transporte, seguros de acidentes, impostos, contribuições previdenciária, encargos trabalhistas, comerciais e outras decorrentes de sua execução.

6.3. Responsabilizar-se por quaisquer danos, perdas ou prejuízos, causados ao Contratante ou a terceiros, por dolo ou culpa, na execução do contrato.

6.4. Responsabilizar-se por todas e quaisquer reclamações, prejuízos e ações judiciais decorrentes da execução do objeto deste contrato administrativo.

6.5. Fornecer garantia quanto à qualidade dos serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição, às suas expensas, de qualquer serviço fornecido em desacordo com o termo de referência.

6.6. Comunicar imediatamente, por escrito, ao contratante, através da fiscalização do contrato, qualquer anormalidade verificada.

6.7. Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação.

6.8. Não transferir ou subcontratar o objeto contratado para terceiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORMA DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. O objeto do presente contrato administrativo deverá ser entregue no prazo de 2 (dois) meses após o recebimento da ordem de fornecimento pela Contratada.

7.2. O não cumprimento do disposto nos itens 7.1 do presente contrato administrativo acarretará a rescisão do contrato administrativo, bem como a aplicação das penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/1993.

7.3. A administração rejeitará fundamentadamente, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com o especificado no termo de referência e na proposta.

7.4. O objeto contratado será recebido:

CARLOS GABRIEL RODRIGUES NOGUEIRA
Assinado de forma digital por CARLOS GABRIEL RODRIGUES NOGUEIRA

a) Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado, mediante termo circunstanciado, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes da proposta, com fundamento no art. 73, I, "a", da Lei nº 8.666/1993

b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes da proposta que se dará em até 90 (noventa) dias do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, com fundamento no art. 73, I, "b" e § 3º, da Lei nº 8.666/1993.

PMAA-PI

7.5. O setor competente, designado para o acompanhamento do objeto, fará o recebimento limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na nota fiscal, no termo de referência e na proposta da empresa vencedora, fazendo constar no canhoto e no verso da nota a data da entrega e, se for o caso, as irregularidades observadas.

7.6. Acaso insatisfatória a verificação do serviço, será lavrado termo de recusa do objeto, no qual se consignará as desconformidades verificadas, devendo ser substituído, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da comunicação formal da administração do setor.

7.6.1. Caso a correção não ocorra no prazo acima determinado, estará à empresa vencedora incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/1993.

7.6.2. Os custos de substituição dos serviços rejeitados correrão exclusivamente a expensas da empresa contratada.

7.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o item 7.4 não ser procedida dentro do prazo fixado reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que comunicado à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos, com fundamento no art. 73, § 4º, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado pelo setor competente da Prefeitura Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias, com fundamento no art. 40º, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/1993.

8.2. A nota fiscal referida acima deverá apresentar discriminadamente os serviços fornecidos a que se referir.

8.3. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e neste caso reabrir-se-á, do início, o prazo elencado no item 8.1, contado da apresentação da documentação devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração.
8.4. Nenhum pagamento será efetuado aos adjudicatários enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega dos produtos e/ou prestação dos serviços.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

CARLOS GABRIEL RODRIGUES NOGUEIRA Assinado de forma digital por CARLOS GABRIEL RODRIGUES NOGUEIRA

9.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, com fundamento no art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei n° 8.666/93.

9.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4. Aplicam-se, subsidiariamente a este item as disposições constantes da Seção IV, do Capítulo III, da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

10.1. Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 12 (doze) meses a partir da data base e serão realizados conforme os procedimentos:

a) O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, instituído pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).
b) A data base adotada será a data 01 (um) ano posterior ao início da vigência contratual.

c) Para o cálculo do reajustamento será utilizada a seguinte fórmula:

$R = V \times \frac{I - Io}{Io}$ = onde:

R - Valor do reajustamento calculado;
V - Valor contratual do objeto a ser reajustados;
I - Índice (IPCA), correspondente a data do reajuste (12 meses da data base);
Io – Índice (IPCA), correspondente à data base.

10.2. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da Contratada, conforme solicitações de fornecimento realizadas pelo Contratante.

10.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

CARLOS GABRIEL RODRIGUES NOGUEIRA
Assinado de forma digital por CARLOS GABRIEL RODRIGUES NOGUEIRA

Fls: 120

Ass: _____

PMAA-PI

10.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

11.1. A Contratada estará sujeita à imputação das penalidades, conforme decidir a autoridade competente, em caso de cometimento de infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal:
a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para ao Contratante.

b) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso injustificado na providência necessária e de 1,0% (um por cento) por dia, após o trigésimo dia de atraso acumulada com as multas cominatórias abaixo:

b.1) Multa de 5,0% (cinco por cento) do valor do total do contrato por faltas médias, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento).

b.2) Multa de 10,0% (dez por cento) do valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, com ou sem prejuízo para o ente público contratante.
c) Suspensão temporária do direito de participar em licitação ou impedimento de contratar com a entidade licitante e descredenciamento no SICAF, por prazo não superior a 02 (dois) anos, entre outras, nas hipóteses:

c.1) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato.

c.2) Ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto.

c.3) Não mantiver a Proposta de Preços apresentada no certame licitatório.

c.4) Falhar gravemente na execução do contrato.
c.5) Na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados, entre outros comportamentos e em especial quando:

CARLOS GABRIEL RODRIGUES NOGUEIRA
Assinado de forma digital por CARLOS GABRIEL RODRIGUES NOGUEIRA

d.1) Apresentar documentação falsa exigida para o certame.

d.2) Comportar-se de modo inidôneo.

d.3) Cometer fraude fiscal.

d.4) Fraudar na execução do contrato.

11.2. Também fica sujeito às penalidades do art. 87, incisos III e IV, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a Contratada que:

a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, no qual será assegurado o contraditório e a ampla defesa à Contratada, com comunicações realizadas por meio do Diário Oficial do Município, observando-se o procedimento previsto na Lei n° 8.666/93.

11.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

11.5. As multas poderão ser cominadas de forma cumulativa.

11.6. Os valores das multas aplicadas serão descontados "ex-officio" de qualquer crédito existente da Contratada, junto ao Município Contratante, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei n° 8.666/93.
12.2. O presente ajuste poderá ser rescindido unilateralmente ou por acordo entre as partes nas formas e condições definidas na legislação vigente.

12.3. Para a rescisão unilateral a Contratante deve proceder a notificação da empresa Contratada, por escrito, concedendo prazo mínimo de 05 (cinco) dias corridos para apresentação de suas razões, sem que lhe caiba qualquer ônus.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICADA E CASOS OMISSOS

CARLOS GABRIEL RODRIGUES NOGUEIRA Assinado de forma digital por CARLOS GABRIEL RODRIGUES NOGUEIRA

13.1. Este Contrato Administrativo será regido pela Lei nº 8.666/1993, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, conforme determinado art. 54 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE REGULARIDADE

14.1. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do ajuste, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por aqueles que pretendem contratar com a Administração Pública, para o ramo pertinente, conforme previsto nos artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. O extrato resumido do instrumento do Contrato será publicado pelo ente Contratante no Diário Oficial do Município, em cumprimento ao disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Marcos Parente/PI (Termo Judiciário: Antônio Almeida/PI), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelos Contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Antônio Almeida/PI, 30 de outubro de 2023.

Município de Antônio Almeida/PI
Marcelo Toledo Laurini
Contratante

CARLOS GABRIEL RODRIGUES NOGUEIRA
Assinado de forma digital por CARLOS GABRIEL RODRIGUES NOGUEIRA

RIO CANINDÉ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EM ENGENHARIA LTDA
Carlos Gabriel Rodrigues Nogueira
Contratada

Testemunhas:
01 – Nome: Josilene Silva.
CPF: 004.719.673-43
02 – Nome: Djardison Borges Leal
CPF: 800.045.553-68

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

Prefeitura Municipal de Antônio Almeida/PI
Processo Administrativo N°: 048/2023 – CPL/PMAA.
Dispensa De Licitação N°: 022/2023.
Contrato Administrativo N°: 058/2023.
Contratante: Município de Antônio Almeida/PI.
Contratado: Rio Canindé Construções e Serviços em Engenharia LTDA (CNPJ N° 46.883.814/0001-12).
Objeto: contratação de empresa especializada de engenharia para reforma da Unidade Escolar Santa Ana, na localidade Brejão, zona rural, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Antônio Almeida/PI.
Fundamento Legal: artigo 24, inciso I e artigo 23, inciso I, alínea "a", da lei federal n° 8.666/93, c/c art.1º, inciso I, alínea "a", do Decreto Federal n° 9.412/2018.
Valor Global: R$ 17.856,60 (dezessete mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos).
Prazo De Execução: o prazo de execução deste contrato administrativo é de 2 (dois) meses contados a partir do recebimento da ordem de serviço.
Recursos financeiros:

COMPLEMENTO EDUCAÇÃO, FPM, ICMS, IPVA, ISS, IPTU, CIDE e demais Recursos Próprios	
DESPESA	
Unidade Orçamentária	02.05.00
Projeto Atividade	12.361.0130.1008.0000
Natureza da Despesa	4.4.90.51.00

Prazo De Vigência: o prazo de vigência deste contrato administrativo é até 31 de dezembro de 2024.
Subscritores: Marcelo Toledo Laurini pela contratante e Carlos Gabriel Rodrigues Nogueira pela Contratada.
Data Da Assinatura: 30 de Outubro de 2023.

Antônio Almeida/PI, 30 de outubro de 2023.

MARCELO TOLEDO LAURINI
Prefeito Municipal

Fls: 125
Ass
PMAA-PI

Id:1518F13B3F1D473A

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR
GABINETE DO PREFEITO

CAMPO MAIOR

DECRETO Nº 119/2023, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre a instituição e nomeação dos membros da Comissão Municipal de Regularização Fundiária Urbana do Município de Campo Maior/PI e da outras providencias

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR – PI, no uso das suas atribuições legais e em harmonia com as regras e princípios estabelecidos na Constituição Federal, Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO a Lei Federal 13.465/2017, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana - REURB, e dá outras providências,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 023/2021 de 20 de Outubro de 2021, que Dispõe sobre Programa de Regularização Fundiária Urbana do Município de Campo Maior/PI

CONSIDERANDO a necessidade de nomear comissão competente para fins conduzir, dar andamento, pareceres técnicos e sanear os procedimentos administrativos que tem como objeto à aplicação da Regularização Fundiaria Urbana prevista a legislação acima citada, bem como adotar uma rotina administrativa que objetive maior eficiência e efetividade na análise dos processos de REURB;

DECRETA

Art. 1º Fica instituída a Comissão Municipal de Regularização Fundiária Urbana do Município de Campo Maior - PI, com as seguintes obrigações:

I. analisar os requerimentos de instauração de REURB, para fins de moradia de Interesse Social (REURB-S) para famílias de até 1 salário mínimo por unidade habitacional mais a inscrição no Cadastro Único e de Interesse Específico (REURB-E)
II. estabelecer áreas prioritárias para a regularização fundiária;
III. propor a abertura dos processos de Reurb de iniciativa do município ou parceria com iniciativa privada;
IV. conduzir os processos de Reurb no âmbito da administração municipal;
V. sanear o processo administrativo;
VI. produzir os atos administrativos correspondentes aos processos de Reurb;
VII. mediar eventuais conflitos que surgirem no transcorrer dos processos de Rourb;
VIII. solicitar, junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, o registro do processo de Reurb, quando de interesse social;
IX. emitir parecer único conclusivo multidisciplinar a fim de subsidiar a emissão da Certidão de Regularização Fundiária - CRF;
X. expedir a Certidão de Regularização Fundiária - CRF cujos signatários serão o Presidente da Comissão Municipal de Regularização Fundiária Urbana e o Prefeito Municipal
XI. assessorar o Prefeito naquilo que disser respeito à Reurb;
XII. dar publicidade aos trabalhos e decisões da Comissão.
XIII. encaminhar o projeto de regularização fundiária e a CRF para o Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 2º. A Comissão Municipal de Regularização Fundiária Urbana referida no Art. 1º deste Decreto será composta voluntariamente pelos seguintes servidores:

DIRETORIA DE APOIO A TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ
Lidiany da Conceição de Azevedo B Carvalho, CPF nº 821.614.583-53

SECRETARIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
José Francisco de Araújo Oliveira, CPF nº 047.295.953-00
José Edson de Lima Oliveira – CPF 068.466.563-83

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
Yara Carine de Oliveira, CPF nº 038.581.513-19

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Josefa Marques Lima Miranda, CPF nº 010.854.863-54

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Gentil Soares Silva Neto, CPF nº 615.322.683-35

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL
Carlos Gustavo Ibiapina Gomes – CPF 018.398.443-96

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS
Luis Paulo Teixeira da Silva – CPF: 012.925.423-14

§ 1º Poderá participar da Comissão de Regularização Fundiária, a critério de seus dirigentes, representante dos demais órgãos ou entidades pertencentes ao Poder Público Municipal, Estadual ou Federal.

§ 2º O mandato dos membros da Comissão corresponderá ao período de 02 (dois) anos, contados a partir da publicação desse decreto, podendo haver recondução.

Art. 3º A coordenação e organização da Comissão ficam atribuídas pela Secretaria de Governo, podendo requerer informações e documentos diretamente de órgãos da Administração direta, indireta ou delegar atribuições aos seus membros e deverá organizar a primeira reunião para discussão e elaboração do Regimento Interno e Plano de Trabalho.

§ 1º A Comissão indicará data e prazo para convocar o Grupo de Apoio Técnico Operacional Especializado, com nomes homologados pelo Prefeito Municipal.

§ 2º Os trabalhos a serem realizados pelo Grupo de Apoio Técnico Operacional Especializado consistirá, entre outros, no levantamento de agrimensura e levantamento social, referente aos imóveis e seus moradores que se beneficiarão com a intervenção para regularização fundiária.

§ 3º Os imóveis indicados como objeto de intervenção deverão ser analisados pela Comissão, acerca de sua titularidade; desapropriação e/ou doação.

Art.4. Os órgãos/entidades municipais vinculados ao Poder Executivo Municipal, com representantes na Comissão de Regularização Fundiária, deverão propiciar a alocação ou obtenção dos recursos materiais e humanos, necessários à elaboração das pesquisas, estudos, planos e projetos envolvidos na implementação da Política Municipal de Regularização Fundiária.

Art. 5º A Comissão terá, para cada REURB instaurada, prazo de 180(cento e oitenta) dias para cumprir as obrigações previstas no art. 1º deste Decreto

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Maior, 01 de Novembro de 2023.

JOÃO FÉLIX DE ANDRADE FILHO
Prefeito Municipal de Campo Maior

Id:0471AF96DCA54348

Prefeitura Municipal de
ANTÔNIO ALMEIDA
CNPJ Nº 06.554.618/0001-11
Praça Agostinho Verás, 87 - centro

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

Prefeitura Municipal de Antônio Almeida/PI
Processo Administrativo Nº: 048/2023 – CPL/PMAA.
Dispensa De Licitação Nº: 022/2023.
Contrato Administrativo Nº: 058/2023.
Contratante: Município de Antônio Almeida/PI.
Contratado: Rio Canindé Construções e Serviços em Engenharia LTDA (CNPJ Nº 46.883.814/0001-12).
Objeto: contratação de empresa especializada de engenharia para reforma da Unidade Escolar Santa Ana, na localidade Brejão, zona rural, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Antônio Almeida/PI.
Fundamento Legal: artigo 24, inciso I e artigo 23, inciso I, alínea "a", da lei federal nº 8.666/93, c/c art.1º, inciso I, alínea "a", do Decreto Federal nº 9.412/2018.
Valor Global: R$ 17.856,60 (dezessete mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos).
Prazo De Execução: o prazo de execução deste contrato administrativo é de 2 (dois) meses contados a partir do recebimento da ordem de serviço.
Recursos financeiros:

COMPLEMENTO EDUCAÇÃO, FPM, ICMS, IPVA, ISS, IPTU, CIDE e demais Recursos Próprios	
DESPESA	
Unidade Orçamentária	02.05.00
Projeto Atividade	12.361.0130.1008.0000
Natureza da Despesa	4.4.90.51.00

Prazo De Vigência: o prazo de vigência deste contrato administrativo é até 31 de dezembro de 2024.
Subscritores: Marcelo Toledo Laurini pela contratante e Carlos Gabriel Rodrigues Nogueira pela Contratada.
Data De Assinatura: 30 de Outubro de 2023.

Antônio Almeida/PI, 30 de outubro de 2023.

MARCELO TOLEDO LAURINI
Prefeito Municipal

ORDEM DE [illegible]

Ass: _____

PMAA-PI

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 048/2023 – CPL/PMAA
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 022/2023

CONVOCADA:	
Empresa:	RIO CANINDÉ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EM ENGENHARIA LTDA
CNPJ:	46.883.814/0001-12
Endereço:	Fazenda Serrinha, S/N, Zona Rural, CEP n° 64.560-000, no Município de Santo Inácio, no Estado do Piauí

Pelo presente instrumento a empresa acima qualificada fica autorizada a iniciar a execução dos serviços de **ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO DE VIAS PÚBLICAS NO PERÍMETRO URBANO NO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA REFERENTE AO CONVÊNIO N° 940268/2022 – MDR,** conforme especificações constantes no projeto básico, na proposta da contratada, e no contrato administrativo.

Antônio Almeida/PI, 31 de outubro de 2023.

MARCELO TOLEDO LAURINI
Prefeito Municipal

RECEBIDO DA EMPRESA:	
Data Recebimento:	
Concordância:	( ) Sim ( ) Não
Empresa:	
Representante Legal:	CARLOS GABRIEL RODRIGUES NOGUEIRA Assinado de forma digital por CARLOS GABRIEL RODRIGUES NOGUEIRA